

Argumentação e Linguagem

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Argumentação e Linguagem

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A694	Argumentação e linguagem [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-530-3 DOI 10.22533/at.ed.303191408 1. Língua portuguesa – Composição e exercícios. 2. Linguística. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. CDD 469.8
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Ai Palavras! ... Todo o sentido da vida principia à vossa porta; o mel do amor cristaliza seu perfume em vossa rosa; sois o sonho e sois audácia, calúnia, fúria, derrota... A liberdade das almas, ai! com letras se elabora... E dos venenos humanos sois a mais fina retorta: frágil como o vidro e mais que o são poderosa! Reis, impérios, povos, tempos, pelo vosso impulso rodam... Cecília Meireles ...

Porque a verdadeira caverna, aquela que nos proíbe a relação com a realidade, aquela que nos obriga a viver no meio das sombras, é, para mim, a linguagem. Oswald Ducrot. Não há como pensar a argumentação na linguagem sem que se façam referências à retórica clássica, principalmente se o ato de argumentar for entendido como uma forma de gerenciar o discurso, de modo a se obterem resultados efetivos sobre as práticas sociais humanas. É justamente o funcionamento pragmático dos textos/discursos que nos permitem dizer, hoje, que os mesmos se nos apresentam revestidos de caráter ideológico, somente para citar um dos efeitos das ações das práticas linguísticas sobre as sociais. Nesse sentido, presume-se que a instrumentalidade do discurso argumentativo retrata-se nas formas como os argumentos são apresentados nos textos, de modo a criar um sentido de identidade entre falante/escritor e ouvinte/leitor. As atividades cognitivas da leitura e da compreensão estão inter-relacionadas, ainda que não se tenha como garantia indicativos de entendimento textual, afirmam Löbler e Flôres (2010, p. 181). Flôres e Gabriel (2012) defendem que a leitura pode ser estudada a partir de diferentes perspectivas, sejam elas: com foco no autor, no texto ou no leitor. Abraça-se, então, neste trabalho, a pesquisa sobre a leitura e foco no texto de diferentes formas.

Coscarelli (2002, p. 01) afirma que a leitura pode ser vista como um todo sem divisões, uma visão genérica e compactada que dificulta o trabalho do professor em ajudar os alunos em desenvolver o processo de leitura. Segundo a autora: A leitura pode ser dividida em duas grandes partes, uma que lida com a forma linguística e outra que se relaciona com o significado. Essas partes, por sua vez, podem ser ainda subdivididas. O processamento da forma, também tratado como decodificação, será aqui subdividido em processamento lexical e processamento sintático. Faz parte da atividade leitora apresentar sentidos para a informação ali exposta, buscando a reflexão, os questionamentos e os possíveis diálogos entre ela e o leitor. Para tal, essa prática envolve o aspecto de reconhecer o código linguístico, assim como depreender os sentidos que esse código desenvolve a partir das relações semânticas, Löbler e Flôres (2010, p. 188).

O leitor tem a função de decodificar o texto e identificar as pistas que o autor vai deixando ao longo desse texto, além de formular representações mentais sobre as informações contidas ali, Löbler e Flôres (2010, 192). Ele suscita hipóteses, realiza inferências, ativa o seu conhecimento prévio, tudo isso objetivando compreendê-lo. Löbler e Flores explicam assim o processo de compreensão: A compreensão da língua escrita é uma atividade complexa e onerosa do ponto de vista cognitivo, pois consiste em relacionar, concomitantemente, o que é lido a conhecimentos preexistentes. Para fazer tal síntese, o cérebro do leitor mobiliza os conhecimentos que já possui, relacionando-os

ao processamento em realização, ou seja, fazendo a articulação paralela entre o sabido e o desconhecido, no decorrer da própria leitura.

Nesse processo de diálogo com o texto, o leitor tenta identificar as intenções do autor por este ou aquele vocabulário, as intenções de formalidades ou informalidades, ou ainda, identificar quem está falando naquele texto. Ducrot (1990, p.15) defende que o enunciado é polifônico e que, portanto, existem algumas pessoas envolvidas em sua existência. Dentre elas, declara a existência do locutor, sujeito discursivo responsável discurso, e enunciadore, responsáveis pelos pontos de vista ao longo do discurso.

O enunciado, assim como o discurso, é único e sempre terá um autor, denominado sujeito empírico, Ducrot (1990) Os jornalistas, por exemplo, ao noticiarem ou reportarem determinada informação, fazem-na através das argumentações, que são entendidas por Ducrot como uma sequência de dois segmentos que compõem um discurso relacionados por um conector.

Argumentar é apresentar um ponto de vista. Entretanto, cabe ao leitor, durante a atividade leitora, apreender os diferentes sentidos que vão sendo desenvolvidos ao longo do discurso destes profissionais.

Acredita-se que, ao se analisar as palavras envolvidas nesses discursos jornalísticos, pode-se facilitar a compreensão dos sentidos ali inscritos. Diante disso, apresenta-se, como objetivo geral deste trabalho, a análise do papel que o léxico desempenha (palavras plenas e palavras instrumentais) na construção do sentido dos discursos desdobraram-se em múltiplas linguagens. A construção de sentidos nos diferentes e múltiplos discursos não é realizada da mesma maneira, não segue uma regra que se comportam diferentemente no momento de construção desses sentidos.

Um conjunto de considerações pragmático-discursivas constitui o cerne da história da retórica. O retorno à retórica faz sentir que muitas das preocupações atuais dos estudiosos da linguagem, no que concerne à eficácia da palavra, assentam-se em preceitos advindos dos clássicos e dos teóricos contemporâneos da argumentação.

Avulta das considerações tecidas um aspecto particular caracterizador do dinamismo da linguagem, que é o lugar ocupado pelos sujeitos que lançam mão de argumentos relativos aos seus objetivos comunicativos e objetos de discurso. Nesse sentido, defrontamo-nos com uma subjetividade enunciativa que extrapola os limites de uma consciência empírica do sujeito. Pela enunciação que o constitui, ele mobiliza um ou mais coenunciadores, fazendo-os aderir ou refutar o universo de significações ou sentidos atribuídos histórica e culturalmente aos objetos de predicação. O enunciadore é, para mim, o grande tecelão do mundo representado nos eventos comunicativos de que participa. Nesse sentido é que cabe nos estudos da argumentação, ou da construção argumentativa dos textos, aproximar teorias de textos e discursos das teorias sociológicas, assumindo, portanto, um posicionamento multidisciplinar perante a investigação dos fenômenos linguísticos.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A LITERATURA SOBRE O SEXO E A SEXUALIDADE NO BRASIL NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.3031914081	
CAPÍTULO 2	13
A FALA DE ULYSSES GUIMARÃES NA PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: UMA ANÁLISE BAKHTINIANA	
Tayson Ribeiro Teles	
DOI 10.22533/at.ed.3031914082	
CAPÍTULO 3	24
A ARGUMENTAÇÃO E A RETÓRICA NO SERMÃO DA SEXAGÉSIMA, DE PADRE ANTÔNIO VIEIRA: UMA ABORDAGEM PARA O LETRAMENTO LITERÁRIO	
Gabriela Lages Veloso Letícia Rodrigues da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3031914083	
CAPÍTULO 4	35
ARQUITETURA DA ARTE DE CONTAR: A NATUREZA SOCIOLÓGICA E A COMUNICAÇÃO ESTÉTICA NO CONTO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO	
Márcia Adriana Dias Kraemer Alba Maria Perfeito	
DOI 10.22533/at.ed.3031914084	
CAPÍTULO 5	55
COMO TRABALHAR A LITERATURA SOB REGIMES AUTORITÁRIOS EM SALA DE AULA	
Cícera Tayana Francelino Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.3031914085	
CAPÍTULO 6	66
A INTENCIONALIDADE MARCADA NOS TEXTOS INSTRUACIONAIS: O QUE HÁ DE NOVO NISSO?	
Hilma Ribeiro de Mendonça Ferreira Sílvia Adélia Henrique Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.3031914086	
CAPÍTULO 7	85
DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS NO ENSINO DE PORTUGUÊS	
Maria Auxiliadora Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.3031914087	
CAPÍTULO 8	103
IGREJA” E “SENHOR”: A CRÍTICA À RELIGIÃO NAS LETRAS DE MÚSICA DA BANDA TITÃS À LUZ DAS REFLEXÕES BAKHTINIANAS	
Claudia de Fátima Oliveira Camila de Araújo Beraldo Ludovice	
DOI 10.22533/at.ed.3031914088	

CAPÍTULO 9	114
FICÇÃO E MEMÓRIA EM <i>SIMÁ</i> : ROMANCE HISTÓRICO DO ALTO AMAZONAS, DE LOURENÇO DA SILVA ARAÚJO	
Daniel Padilha Pacheco da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.3031914089	
CAPÍTULO 10	133
PRESENÇA E USO DOS MARCADORES DISCURSIVOS EM ESTUDANTES BRASILEIROS DE ESPANHOL COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA	
Cristina Corral Esteve	
DOI 10.22533/at.ed.30319140810	
CAPÍTULO 11	146
VARIAÇÃO FONÉTICA NO POVOADO ONÇA DO MARANHÃO: ANÁLISE DOS FENÔMENOS DE REDUÇÃO DO DITONGO “OU” EM “O” E REDUÇÃO DO DITONGO “EI” EM “E”.	
Shayra Brunna Silva Marques	
Ana Claudia Menezes Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.30319140811	
CAPÍTULO 12	157
PLE + ELO: UMA EXPERIÊNCIA VIRTUAL NO ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA NA UFLA	
Débora Racy Soares	
DOI 10.22533/at.ed.30319140812	
CAPÍTULO 13	164
MOBILED-ASSISTED LANGUAGE LEARNING: QUESTÕES ACERCA DO USO DE SMARTPHONES EM SALA DE AULA DE LÍNGUA INGLESA	
Luana de França Perondi Khatchadourian	
DOI 10.22533/at.ed.30319140813	
CAPÍTULO 14	175
MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENSINO DE INGLÊS: UMA PROPOSTA POR MEIO DA PEDAGOGIA DE MULTILETRAMENTOS	
Patrícia Helena da Silva Costa	
DOI 10.22533/at.ed.30319140814	
CAPÍTULO 15	189
ORIGENS E FRONTEIRAS DO COSMOS: O PODER DA PALAVRA	
Márcio Moreira Costa	
DOI 10.22533/at.ed.30319140815	
CAPÍTULO 16	199
MULTILETRAMENTOS NA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE: APROXIMAÇÕES ENTRE REFLEXÃO E AÇÃO	
Maria de Lourdes Rossi Remenche	
Ana Paula Pinheiro da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.30319140816	

CAPÍTULO 17	211
O MÉTODO FÔNICO E A CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	
Alice Santos Pimentel Nunes	
Terezinha de Jesus Dias Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.30319140817	
CAPÍTULO 18	223
NARRATIVAS COERENTES E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE EM GRUPOS VULNERÁVEIS	
Dóris Cristina Gedrat	
André Guirland Vieira	
Gehysa Guimarães Alves	
Cláudio Schubert	
DOI 10.22533/at.ed.30319140818	
CAPÍTULO 19	235
BEM-ME-QUERO, BEM-TE-QUERO: UM PROJETO DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL SOBRE CORPOREIDADE E GESTÃO DO CUIDADO	
Roselaine Vieira Sônego	
Allan Henrique Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.30319140819	
CAPÍTULO 20	248
MASCULINIDADE NA LITERATURA: UMA HISTÓRIA HERDADA SOCIALMENTE	
Francisco Heitor Pimenta Patrício	
Cícero Hérciclis Ângelo Pereira	
Josilene Marcelino Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.30319140820	
CAPÍTULO 21	260
ENSINANDO PLE NA UFLA ATRAVÉS DO AVA - AVANÇAR	
Débora Racy Soares	
DOI 10.22533/at.ed.30319140821	
CAPÍTULO 22	267
MARCAS DOS PAISES IMPERIALISTAS NA CONSTITUIÇÃO E REORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
Rosa Maria Silva Braga	
Lucia Torres de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.30319140822	
SOBRE A ORGANIZADORA	277
ÍNDICE REMISSIVO	278

A FALA DE ULYSSES GUIMARÃES NA PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: UMA ANÁLISE BAKHTINIANA

Tayson Ribeiro Teles

Docente do Magistério Federal - EBTT de Economia e Gestão de Finanças e Comércio do Instituto Federal do Acre – IFAC. Tarauacá – Acre.
E-mail: tayson.teles@ifac.edu.br.

RESUMO: este capítulo de livro abriga uma síntese de pesquisa engendrada no Mestrado em Linguagem e Identidade (Cultura e Sociedade) da Universidade Federal do Acre – UFAC, concluída em 2016. Analisamos a fala do Deputado Federal Ulysses Guimarães quando ele, na condição de presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88, promulgou a atual Constituição Federal do Brasil, de 1988, em 5 de outubro daquele ano. Pela metodologia da revisão bibliográfica, com supedâneo nas ideias do filósofo e linguista russo Mikhail Bakhtin, analisamos esse discurso político a partir do que cremos serem as suas principais partes/significantes. O tema é atual, porquanto em 2018 a Constituição de 1988 completou 30 anos.

PALAVRAS-CHAVE: Promulgação da Constituição Federal de 1988. Fala promulgadora. Análise. Mikhail Bakhtin.

ABSTRACT: this book chapter contains a synthesis of research engendered in the Master's Degree in Language and Identity

(Culture and Society) of the Federal University of Acre - UFAC, completed in 2016. We analyze the speech of Federal Deputy Ulysses Guimarães when he, as president of the Assembly National Constitution of 1987-88, promulgated the current Federal Constitution of Brazil, of 1988, on October 5 of that year. By the methodology of the bibliographical revision, based on the ideas of the Russian philosopher and linguist Mikhail Bakhtin, we analyze this political discourse from what we believe are its main parts/signifiers. The theme is current, because in 2018 the Constitution of 1988 completed 30 years.

KEYWORDS: Promulgation of the Federal Constitution of Brazil, of 1988. Speaking enactment. Analyze. Mikhail Bakhtin.

1 | INTRODUÇÃO

Este capítulo de livro constitui-se como uma análise da fala do Deputado Federal Constituinte Ulysses Guimarães no dia da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (doravante CRFB/88), a quarta-feira de 5 de outubro de 1988, sendo tal análise feita com fulcro nas teorias, ideias e pensamentos do filósofo, historiador e filólogo russo Mikhail Bakhtin (1895-1975).

A metodologia de pesquisa foi a

exploração bibliográfica qualitativa/revisional, a qual foi aplicada no plasma dos métodos dialético e dedutivo. Ulysses Guimarães foi o presidente da Assembleia/comissão responsável por fazer nossa atual Constituição. Por isso, no dia da promulgação dela coube a ele a tarefa de dizer que estava promulgada a Constituição, ou seja, que a partir dali ela passaria a valer e que a Constituição de 1967 (quase toda alterada pela Emenda n.º 1/1969) estava revogada, o que o Deputado fez em uma histórica fala/discurso de pouco mais de dez minutos. É esta fala de Ulysses, chamada por nós de “fala Ulyssiana” ou “fala promulgadora”, que analisamos com base em Bakhtin.

Os resultados demonstram que a fala Ulyssiana, imergida na teoria bakhtiniana, é um signo ideológico que reflete, com levada capacidade de síntese, os principais acontecimentos havidos antes da feitura da CRFB/88, bem como demonstra, também, boa parte das contradições, lutas e entraves sociais e políticos acontecidos para que fosse elaborada essa norma.

Em Bakhtin compreendemos que a fala de Ulysses não foi um ato discursivo particular, individual, interno ou interior, mas um meio para divulgação de variadas perspectivas existentes naquele momento. Não foi a fala Ulyssiana um “discurso” em si mesma, mas um instrumento dissipador de uma espécie de “discurso social” existente no Brasil desde o movimento “Diretas Já”.

2 | A PALAVRA EM BAKHTIN

Em Bakhtin relevância premente tem a palavra. Para o autor, esta é líquida, se amolda a qualquer contexto, possui verdadeira “ubiquidade social”.

Frisou o russo:

[...] a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto, claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem-formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as faces transitórias mais íntimas, mas efêmeras das mudanças sociais (BAKHTIN, 2014, p.42).

Em Bakhtin a palavra é tão relevante que, com relação às nossas mentes, ao nosso psiquismo, afirma ele: “a exclusão da palavra reduziria o psiquismo a quase nada, que a exclusão de todos os outros movimentos expressivos a diminuiriam muito pouco” (BAKHTIN, 2014, p. 53). De fato, a palavra é relevantíssima ao ser humano, basta lembrarmos que quase todos os nossos pensamentos, como atos internos, ocorrem em espécie de fala conosco mesmos. Ao leitor, agora, certamente estas

palavras penetram, pela visão, inexplicavelmente, na mente, onde são refratadas.

Bakhtin percebeu o poder da palavra. Para ele o homem nasce vivo, imerso na vida material, na história, mergulhado, de forma inescapável, na prática, nas perspectivas deste mundo, e, por meio de palavras, inventadas por ele mesmo, cria formas de dominação sobre si mesmo. Cria deuses, rituais, mitos, verdades, mentiras e, principalmente, formas e métodos de encobrir a realidade, o real, a vida que se passa aí nas ruas, no fôlego das pessoas, na chuva, no sertão, nas tundras, nos igarapés.

Bakhtin (2014) notou que a palavra cria a realidade. A partir desse ponto sua contribuição é incomparável para percebemos que sim pode o homem mudar sua realidade reinterpretar, (re)significar, mudar a história. Não que a ideologia seja criada por mentes (palavras) individuais, não. A ideologia é social, material, grupal. Ocorre que a ideologia não é o real, ela apenas é um elemento usado pelos poderosos, na verdade os que têm mais poder – pois todos temos certo *quantum* de poder -, para encobrir o real, que é produzido pelas palavras individuais, que se somam a todo o momento.

O autor acreditava que a palavra dita é o signo ideológico primordial de um sistema linguístico, pois esta é a ponte entre o mim/eu e o outro. Para o filósofo é como se a língua – e por conseguinte a linguagem, fosse em si mesma a expressão das relações e lutas sociais, que, como quis Marx, nada mais são do que lutas de classes.

Nesse sentido, nos utilizamos da base teórica de Bakhtin para analisar a essência da fala de promulgação da Constituição Federal de 1988, por meio da análise suas principais palavras e expressões de efeito.

3 I A “FALA ULYSSIANA” EM BAKHTIN

A primeira coisa que nos chama atenção na fala Ulyssiana é sua técnica. Ulysses escreveu muito bem sua fala. Logo nas primeiras frases que disse, cumprimentando as autoridades presentes, exclamou: “[...] prestigiosos Srs. Presidentes de confederações [...]”. Vejamos que ele não disse o usual “prestigiados(as)” que muitas pessoas usam na linguagem coloquial¹.

Dizem os dicionários² que prestigioso é aquele que tem prestígio, respeito social, fama etc. ao passo que sabemos ser prestigiado um participio passado do verbo prestigiar, que, por óbvio, significa dar prestígio. Logo, já no início da fala Ulyssiana, podemos verificar a técnica de Ulysses, ou possivelmente de seus assessores – para aqueles que creem não ter sido Ulysses o autor de sua fala.

1 Citamos, apenas para exemplificar, um discurso presente na internet, de 2003, proferido por Francisco Banha, presidente de uma empresa do mercado de capitais chamada Gesventure. Disse ele: “[...] Uma palavra de apreço aos ‘prestigiados’ oradores convidados [...]”. Disponível em: <http://www.gesventure.pt/5encontro/apresentacoes/5enc_apres.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

2 Por exemplo em: <<http://www.dicio.com.br/prestigioso/>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

Ulysses, ainda no começo, diz: “Chegamos! Esperamos a Constituição [...]. Bem-aventurados os que chegam [...]”. Percebamos que neste fragmento o vocábulo “Bem-aventurado” foi utilizado em sua acepção normal, pois dizem os dicionários³ que este significa muito feliz, eternamente feliz, totalmente feliz etc.

Pensamos ter Ulysses possivelmente o utilizado, em face de alguns de seus sinônimos, para entronar a ideia de que fazer a Constituição foi uma “aventura dificultosa”. Dizemos isso, porquanto aventura também tem um significado que contextualiza isso: façanha ou proeza; ato ou ação perigosa, arrojada.⁴ Além disso, podemos ainda pensar haver alguma pretensão de “sacralizar” o momento na medida em que essa lexia é integrante de várias expressões da Bíblia Cristã Sagrada ocidental.

Ulysses diz, ainda, em certo ponto: “[...] garrotear a liberdade [...]”. Nesta passagem o presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88 (ANC) fez referência ao comportamento dos militares no governo do país, os quais, para ele, quando estiveram no poder garrotearam a liberdade do povo. “Garrotear”, dizem os dicionários de maneira comum⁵, é esganar ou estrangular utilizando um garrote, uma espécie de fio, corda ou arame, o que se faz geralmente com animais.

Aqui cremos que Ulysses possivelmente optou por usar este vocábulo, pois quis (tentar) exprimir a força da opressão física erigida pela ditadura militar que “governou” a nação entre 1964-1985. Dizemos isso, pois ele tinha à sua disposição alguns sinônimos mais tênues e não usou, como eliminar, destruir, cessar etc.

Em certo momento Ulysses consignou também se referindo à Constituição que estava sendo promulgada: “[...] bradamos por imposição de sua honra: temos ódio à ditadura. Ódio e nojo”. “Bradar”, consignam os dicionários significa clamar, gritar, vozear aos céus. Aqui pensamos que Ulysses factivamente apoderou-se deste termo em sua fala para dar a ela um sentido solene e sagrado.

Como estava ele promulgando a Constituição do Brasil pareceu-lhe de bom tom exaltar esta norma, bem como o laboro que fora dispendido para fazê-la, além do que também era interessante conclamar o povo a perceber que aquela norma era melhor se comparada às do passado ditatorial. Além disso, podemos ainda fazer uma relação ao contexto do hino nacional que carrega em si trechos como “brado retumbante” etc., momento em que podemos cogitar que o uso da lexia bradar pode ter tido certa conformação nacionalista.

Também foi dito pelo presidente da ANC o seguinte fragmento: “A Assembleia Nacional Constituinte rompeu contra o *establishment*, investiu contra a inércia, desafiou tabus”. O vocábulo “establishment” é uma palavra inglesa que foi incorporada à língua portuguesa sem a realização de aportuguesamento, pois quando traduzida não têm o sentido de “estabelecimento”. Em seu sentido original, nos mais diversos dicionários⁶,

3 Por exemplo, em: <<http://www.lexico.pt/bem-aventuranca/>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

4 Disponível em: <<http://www.lexico.pt/aventura/>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

5 Por exemplo, em: <<http://www.lexico.pt/garrotear/>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

6 Disponível por exemplo em: <<http://www.teclasap.com.br/o-que-establishment-significa/>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

significa: “a elite social, econômica e política de um país” e “grupo de indivíduos com poder e influência em determinada organização ou campo de atividade”.

Nessa perspectiva, com base em Correia e Almeida (2012), podemos dizer que essa palavra é um estrangeirismo, isso na medida em que, dentro do estudo da neologia e dos neologismos (basicamente o estudo da renovação do léxico de uma língua pelo surgimento⁷ ou incorporação de novas palavras), este ocorre quando uma palavra estrangeira ingressar em nosso sistema linguístico e “permanecer inalterada, isto é, conservar as características fonológicas e ortográficas do seu sistema de origem. Exemplos: software, boom, shopping center” (CORREIA; ALMEIDA, 2012, p. 71).

Quanto à razão para Ulysses ter incutido essa palavra em sua fala cremos ter sido primeiramente para resumir todo o plexo de informações que ela significa, pois ao usá-la Ulysses somente teve de oralizar um significante e teve como consequência a promanação de vários significados. Entretanto, não podemos afirmar que tal atitude fora feliz, porque certamente houve alguém que não entendeu o significado desta expressão, seja pelo contexto ou porque de fato não conhecia o vocábulo.

Em segundo *lócus*, pensamos que talvez Ulysses lançou mão deste estrangeirismo, pois na época de sua fala promulgadora, início da década de 1990, o inglês estava em crescente uso no mundo, principalmente dada a dissipação da *internet*. Assim, como o brasileiro tem certa tendência a se apoderar do que está na “moda”, Ulysses usou o termo para ressaltar um possível caráter globalizado da elite parlamentar pátria.

Ulysses oralizou também: “Foi de audácia inovadora a arquitetura da Constituinte [...]”. Neste fragmento, percebemos que o uso da *lexia* arquitetura teve possivelmente o desiderato de considerar a Constituinte como uma construção, uma analogia mesmo a construções de concreto onde o trabalho de erguer paredes é bem difícil, demorado e cansativo, sendo preciso muita força e técnica.

Além disso, também podemos inferir uma remissão à sutileza do delineio dos sensíveis desenhos levados a efeito na arquitetura quando se pretende dar formas estéticas a prédios etc. Dizemos isso, pois Ulysses poderia ter usado sinônimos menos simbólicos como organização, estrutura etc.

Já entrando na segunda metade de sua fala, disse Ulysses: “Há, portanto, representativo e oxigenado sopro de gente, de rua, de praça, de favela, de fábrica, de trabalhadores, de estudantes, de cozinheiros, de menores carentes, de índios, de posseiros, de empresários, de estudantes, de aposentados, de servidores civis e militares, atestando a contemporaneidade e autenticidade social do texto que ora passa a vigorar”. Nessa passagem, afigura-se patente a volição de Ulysses ao escolher a expressão “representativo e oxigenado sopro”.

O presidente da ANC primeiro disse que a participação de pessoas do povo na

7 Por exemplo, o termo “fala Ulyssiana” cunhado aqui por nós, é um neologismo, o qual somente foi criado, pois a língua permite tal adaptação com nomes próprios (Exs.: Foucaultiano, Bakhtiniano, Gregoriano, Bejaminiano etc.)

feitura da Constituição foi representativa, ou seja, vários setores sociais participaram, foram representados. Em seguida disse Ulysses que tal representatividade era visível por meio de um sopro oxigenado, ou seja, vivo, respirante, em movimento, consciente. O emprego dessas lexias possivelmente teve o objetivo de enaltecer e até engrandecer a participação popular na feitura do texto constitucional.

Ainda neste trecho, em relação ao fragmento “atestando a contemporaneidade e autenticidade social do texto”, podemos perceber que a dupla de lexias contemporaneidade e autenticidade possuem certa relação analógica entre si. Isso na medida em que aquilo que é contemporâneo é atual, é do hoje, do presente, bem como algo autêntico é algo “verdadeiro”, legítimo, pertencente a determinado contexto, empregável no presente - por exemplo, nós somos pessoas autênticas do século XXI, não nos configurando como autênticos do século XIX -.

Creemos ser factível abstrair tal relação analógica entre estas duas lexias, porquanto “as palavras são organizadas em um campo com mútua dependência, adquirindo uma determinação conceitual a partir da estrutura do todo. O significado de cada palavra vai depender do significado de suas vizinhas conceituais” (ABBADE, 2011, p. 1332).

Noutro trecho de sua fala aduz Ulysses que a Constituição: “Introduziu o homem no Estado, o fazendo credor de direitos e serviços [...]”. Percebamos que a utilização da lexia credor teve como possível motivação o fato de que quando somos credores de algo é porque alguém nos deve certo objeto, coisa ou valor. Assim, quis factivelmente Ulysses não apenas dizer que o Estado poderia (teria a faculdade de) oferecer direitos ao povo, mas que teria de ali em diante o dever de fornecer os direitos que a Constituição estampa. Dizemos isso na medida em que Ulysses poderia ter feito o uso de outras expressões como: “o fazendo possível beneficiado de direitos [...]”, “o fazendo reivindicador de direitos [...]” etc.

Outrossim, a observação do conjunto das unidades lexicais que integram a fala Ulyssiana permite que cheguemos a algumas conclusões, notadamente no que se refere ao processo de construção de significado levado a efeito por Ulysses em sua fala. Em primeiro lugar é possível notar que Ulysses fala muito na terceira pessoa do plural, às vezes se referindo apenas a ele e seus colegas constituintes e às vezes se referindo ao “nós” povo brasileiro.

Outro aspecto é o fato de que Ulysses utiliza muito o recurso da formação de prosopopeias/personificações, comparações, subjetivações, metáforas, eufemismos e outras estruturas. Tais aspectos não são propriamente integrantes dos estudos da Lexicologia, mas as lexias usadas em tais construções também merecem análise dado que foram escolhidas a dedo para revelarem exatamente os significados simbólicos que constituem.

Para verificar tais elementos, voltemos ao início da fala Ulyssiana. Disse Ulysses: “Hoje, 5 de outubro de 1988, no que tange à Constituição, a Nação mudou”. Observando tal expressão, cumpre perguntarmos: no que não tange à Constituição, a

nação mudou (?). Mas, mudou apenas nisso? Ou seja, a Constituição após terminada não mudou nada na sociedade, apenas ela mesma, seu texto escrito, representava mudança naquele momento? Durante os 20 meses de feitura da Constituição, mesmo ainda valendo a Constituição da época do regime militar, a nação não tinha mudado em nada?

Proseguiu Ulysses: “A Constituição mudou na sua elaboração [...]”. O que quer dizer isso? A Constituição mudou na sua elaboração porque ela se fez a si mesma? Na sua elaboração ela mudou? Não foi mudada por ninguém? Por que essa personificação da Constituição? Seria uma forma de os constituintes distanciarem-se da responsabilidade pelo texto? Não foram os Deputados e Senadores que mudaram o clima jurídico do país fazendo uma nova (outra) Constituição? Foi a Constituição antiga (de 1969) que mudou? Apenas mudou?

Continuou Ulysses: “[...] só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa”. De fato, o conceito de cidadão implica que uma pessoa tenha condições dignas de vida, um trabalho, uma renda, um lar, algum tipo de lazer, oportunidade de ir à escola etc.

Porém, será mesmo que quem não tem tudo isso não é cidadão? É preciso ler e escrever para ser cidadão? E os saberes culturais? Indígenas que não falam “português” moradores do interior da Amazônia não são cidadãos deste país? Claro que devemos relevar a época da fala de Ulysses, o final da década de 1980, bem como os ideais deste político que dentro de seu progressismo almejava oferecer educação para todo o Brasil. Mas, atualmente cremos não caber mais tal estereotipização acerca do conceito de cidadão.

Aduziu Ulysses: “Chegamos! Esperamos a Constituição como o vigia espera a aurora”. Qual a intensão de Ulysses nesta comparação? Quais os sentimentos de um vigia que espera a aurora? Sabemos que um vigia, seja um trabalhador vigiador de algum local/instituição ou apenas uma pessoa vigiadora da madrugada, que tem insônia ou ama observar o passar do tempo durante o pré-nascer do dia, precisam esperar sofrivelmente pela aurora, que na mitologia romana é o fenômeno óptico do “nascer” do sol.

Então, cabe percebermos que Ulysses nesta expressão possivelmente teve a intensão de demonstrar que a espera pela Constituição foi um plexo de tensões, ansiedades, angústias e sofrimentos diversos. Grosso modo, a aurora é bonita, boa, agradável, mas esperar por ela é cansativo, sofrível etc.

Exclamou também Ulysses: “[...] não caímos no caminho. Alguns a fatalidade derrubou [...] conhecemos o caminho maldito: [...] mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério”. Percebamos as lexias fatalidade e cemitério. Ambas foram empregadas para constituírem-se como eufemismos, ou seja, atenuações de contextos fortes, negativos e polêmicos. Isso na medida em que substituem morte natural e morte por tortura ou assassinato respectivamente.

Ulysses disse que alguns de seus colegas parlamentares morreram, de morte

natural, durante a ANC e referiu-se ao caminho erigido pelo regime militar que mandou muitos para o cemitério. Por que não disse coisas do tipo matou, torturou, pôs no pau de arara, afogou etc.? Certamente, pois estavam presentes na cerimônia de promulgação várias autoridades militares e seria um pouco tenso falar assim. Aqui percebemos como Ulysses escolheu detidamente seu léxico.

Ulysses propalou ainda: “Foi de audácia inovadora a arquitetura da Constituinte [...]”. Percebamos que a dupla de *lexias* audácia e inovadora possuem uma relação de sentido bem semelhante. Aquela, dizem os dicionários de maneira comum⁸, significa a coragem, bravura ou habilidade para realizar tarefas difíceis e esta remete à inovação ou novidade, a qual geralmente precisa do trabalho, ideia ou esforço de alguém para existir. Portanto, percebemos que Ulysses utilizou tais *lexias* em conjunto possivelmente para realçar mais ainda a perspectiva de que a labuta do fazer a Constituição de 1988 foi bem “sofrida”, corajosa e perspicaz.

Disse também o presidente da ANC se referindo à Constituição: “Como o caramujo guardará para sempre o bramido das ondas de sofrimento, esperança e reivindicação de onde proveio”. O que quis ele ao fazer esta comparação entre a Constituição e um caramujo? Sabemos que caramujo é um molusco marinho e que, portanto, vive no mar em meio a ondas e marés tanto pequenas como grandes, bem como bramido significa forte barulho ou estrondo⁹.

Logo, somos levados a crer que deve ser uma situação agonizante um caramujo enfrentar uma onda tão alta ou forte que chegue a produzir barulhos elevados. Cremos que Ulysses factivamente fez tal comparação para dar ênfase ao sofrimento vivido pelo povo pátrio durante o regime militar.

Asseverou Ulysses: “A Federação é a governabilidade”. O que quis ele ao usar esta metáfora? Dizemos isso, pois sabemos que uma federação não significa governabilidade. Federação é uma coisa e governabilidade é outra. Aquela *lexia* remete à forma de organização territorial de uma nação e esta refere-se àquilo que é governável, pois tem condições para tal. Cremos que possivelmente Ulysses quis entronar a forma federativa de organização do Estado brasileiro dizendo que esta seria imprescindível para que o país pudesse ser governado de forma exequível.

Ulysses afirmou: “A moral é o cerne da pátria. A corrupção é o cupim da pátria”. O que quis ele novamente ao usar estas duas metáforas? Bem, sabemos que corrupção é o ato de desviar ou malversar dinheiro público ou receber dinheiro privado para favorecer alguém em algum tipo de negócio público/estatal, bem como pátria é uma nação.

Quanto às outras *lexias* usadas nestas duas expressões elas têm as seguintes significações: moral geralmente significa aquilo que está de acordo com os bons costumes ou de acordo com as regras¹⁰; cerne significa centro ou essência de algo¹¹;

8 Por exemplo, em: <<http://www.lexico.pt/audacia/>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

9 Disponível em: <<http://www.lexico.pt/bramido/>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

10 Disponível em: <<http://www.lexico.pt/moral/>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

11 Disponível em: <<http://www.lexico.pt/cerne/>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

cupim significa um pequeno artrópode (“inseto”) que corrói madeira para se alimentar¹².

Logo, percebemos que Ulysses quis possivelmente evidenciar em sua fala que a moral a partir daquele dia deveria ser o centro da pátria brasileira, bem como a corrupção não deveria ocorrer sob o perigo de ser destruidora da nação. É um pouco óbvio, mas a retórica de Ulysses é deveras “bonita”.

Saiu também da boca de Ulysses a seguinte construção vocabular: “Não é a Constituição perfeita, mas será útil, pioneira, desbravadora, será luz, ainda que de lamparina, na noite dos desgraçados”. Qual a intensão de Ulysses ao dizer isso, especificamente os trechos “ainda que de lamparina” e “desgraçados”?

Bem, cremos que Ulysses quis possivelmente neste momento por um pouco o pé no chão e ressaltar o realismo imanente ao fato de que a Constituição não vinha para resolver todos os problemas do povo, seja porque era incapaz disso ou seja porque tais problemas jamais poderão ser resolvidos em sua inteireza por diversos motivos. Assim, optou por dizer que a Constituição seria uma luz, uma luz fraca, como a de uma lamparina, mas uma luz.

Além disso, cremos que a *lexia* *desgraçados* não foi empregada no sentido negativo que conhecemos popularmente como referindo-se a alguém que “não vale nada”. *Desgraçado* foi empregado como imputável a alguém desprovido de graça, sendo esta graça um significante multifacetado que, neste contexto, pode representar o conjunto de saúde, educação, segurança, transporte, moradia etc.

Já caminhando para o final de sua fala consubstanciou Ulysses:

Quanto a mim, cumpriu-se o magistério do filósofo: o segredo da felicidade é fazer do seu dever o seu prazer. Todos os dias, meus amigos constituintes [...] na chegada ao Congresso [...] a alegria inundava meu coração. Ver o congresso era como ver a aurora, o mar, o canto do rio, ouvir os passarinhos [...]. Político, sou caçador de nuvens. Já fui caçado por tempestades. Uma delas, benfazeja, me colocou no topo desta montanha de sonho e de glória. [...] Adeus, meus irmãos. É despedida definitiva, sem o desejo de retorno (GUIMARÃES, 1988).

Que análises podemos erigir deste trecho? Bem, ao se despedir Ulysses mais uma vez levou a efeito o uso de metáforas, frases de efeito e certa linguagem figurada. Disse que trabalhou muito, muito mesmo, mas que tal laboro foi prazeroso. Narrou metaforicamente que sempre que chegava ao Congresso Nacional era como se a alegria enchesse tanto seu coração que este ficasse inundado.

Disse que ver o Congresso era como ver a aurora, o mar, o canto de pássaros. Decerto, vemos que nesse trecho final quis Ulysses exalar que gostou de ter atuado como presidente da ANC. Não sabemos se ele efetivamente gostou ou não do produto final desta – cremos que não -, mas do trabalho gostou. Por fim, disse que era caçador de nuvens, uma expressão que teve possivelmente o objetivo de dizer que ele era um alcançador de feitos altos, difíceis.

No final, afirmou Ulysses: “A sociedade foi Rubens Paiva, não os facínoras que o mataram. [...] Que a promulgação seja nosso grito! – Mudar para vencer! Muda,

12 Disponível em: <<http://www.lexico.pt/cupim/>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

Brasil!”. O quis ele dizer? Bem, na metáfora “A sociedade foi Rubens Paiva”, Ulysses se referiu ao Deputado Federal Rubens Paiva, que na época do regime militar fazia ferrenha oposição ao governo, o qual desapareceu em 1971 e depois soube-se que fora morto por militares e seu corpo jogado ao mar.

Dessa forma, cremos que simbolicamente quis Ulysses possivelmente dizer que a sociedade que sobreviveu ao regime militar foi como Rubens que resistiu até onde pôde ou que a sociedade foi morta como Rubens durante o governo de exceção e que por meio da Constituição de 1988 estava ressuscitando.

Já quanto à expressão “Que a promulgação seja nosso grito! – Mudar para vencer! Muda, Brasil!”, cremos que tal conjunto de lexias seja um pedido ou vontade pessoal de Ulysses para que a promulgação da CRFB/88 fosse o grito dele, de seus colegas constituintes e do povo brasileiro, grito este que deveria ser um impulsionador do Brasil rumo à mudança e à vitória. Assim, como a promulgação representava a própria Constituição, também pensamos que se referia ele à própria Constituição, clamando (e torcendo para) que ela fosse a mudança, o grito.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, cremos também ser possível identificar algumas fraseologias na fala Ulyssiana. Estas, como lembra Maingueneau (2015), são expressões corriqueiras em certos contextos, áreas, setores sociais, expressões tais que em formato de mini textos têm significado autônomo (“todo mundo sabe o que significam”, mesmo isoladamente). Assim, ainda que devamos ressaltar que a fala Ulyssiana não é uma fala política (nem parlamentar nem eleitoral), mas sim uma fala constituinte/fundante, cremos que podemos forçosamente identificar algumas fraseologias nesta fala, ou seja, frases que os políticos “sempre usam”. Estas são:

- a. Traidor da Constituição é traidor da pátria;
- b. O inimigo mortal do homem é a miséria;
- c. O Estado de direito não pode conviver com a miséria;
- d. Democracia é a vontade da lei;
- e. A sociedade sempre acaba vencendo;
- f. A nação deve mudar;

Além disso, há algumas palavras de efeito que aparecem mais de duas vezes na fala Ulyssiana e que, portanto, visivelmente têm o escopo de dar ênfase ao contexto de produção da Constituição, de sua fala e do conteúdo destas. São lexias como: coragem, mudança, sociedade, Estado, Democracia, República, Direito etc.

Acreditamos que além da fala Ulyssiana integrar uma realidade, qual seja: o evento de promulgação da CRFB/88; ela também refletiu e refratou outra realidade: o contexto histórico que levou à instalação da Constituinte de 1987-88 e à produção

da Constituição. Sendo que, com efeito, entre distorcer tal realidade, ser-lhe fiel ou interpretá-la de modo específico, cremos ter Ulysses Guimarães escolhido a última possibilidade.

Acreditamos ter Ulysses conseguido erigir sua fala de um modo peculiar, uma especificidade tal que o permitiu dizer coisas importantes e esconder outras. Não conseguimos apreender a fala Ulyssiana como verdadeira, falsa, correta ou incorreta, mas cremos ter sido efetivamente uma fala justa. Ideológica, por óbvio – tudo é ideológico, nada é neutro -, mas justa. Justa, pois justificável(ada) por seu contexto, como ensina Bakhtin (2014) sobre todos dos atos humanos.

Achamos por bem, também, enxergar a fala Ulyssiana como sendo um elemento material, e não apenas formal, do evento de promulgação da CRFB/88, bem como do processo de elaboração desta norma. Não podemos lançar sobre a fala uma classificação que a reduza a mero texto formal de apresentação/promulgação da Constituição. “Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade” (BAKHTIN, 2014, p. 33), ou seja, sempre que um fenômeno ou evento funcionar como elemento carregado de carga ideológica, este possuirá uma encarnação material (fala física, som, cor, movimento corporal etc.).

Desse modo, é a fala Ulyssiana um integrante material, vivo, da dialética do contexto de produção da CRFB/88, do evento físico (dia) de promulgação desta norma e, por que não, da história do Brasil. Este é um aspecto relevantíssimo, pois, ao apreendermos esta fala como viva socialmente, não poderemos jamais dizer que foi apenas uma fala única e singular de uma pessoa também única e exclusiva (Ulysses).

As ideias esposadas na fala de Ulysses, ou por meio dela, não eram ideias exclusivas de Ulysses. Enquanto autor-narrador daquele enredo, Ulysses apenas serviu de meio para a oralização de um signo que estava já se irradiando por praticamente todo o corpo social brasileiro naquela época, desde o movimento “Diretas Já”.

REFERÊNCIAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. *A Lexicologia e a teoria dos campos lexicais*. **Cadernos do CNLF**, v. XV, n. 5, t. 2. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011, pp. 1332-1343. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_2/105.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. VOLOCHÍNOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Vieira. São Paulo: HUCITEC, 2014.

CORREIA, M.; ALMEIDA, G. M. de B. **Neologia em português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

GUIMARÃES, Ulysses. **Fala de promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Congresso Nacional/ANC, 1988. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25anos-da-constituicao-de-1988/constituente-1987-1988/pdf/Ulysses%20Guimaraes%20.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise linguística 85, 100, 102

Argumentação 2, 24, 33, 34, 135, 136

Atos de Fala 66, 68, 76

C

Contemporâneo 42, 53

D

Ditadura Militar 1, 5, 7, 10, 11, 55, 56, 57, 59, 63, 65, 104

E

Educação Brasileira 2, 268, 276

Escrita 85, 156

G

Gênero 35, 205, 248

L

Leitura 5, 30, 66, 84, 85, 100, 101, 263

Leitura na escola 66

Letramento literário 24, 33, 34

Linguagem 2, 13, 33, 36, 50, 53, 101, 102, 146, 157, 193, 198, 260

Literatura 1, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 33, 34, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 64, 65, 84, 114, 130, 131, 174, 191, 198, 204, 210, 248, 259

M

Masculinidade 248

O

Oralidade 85

P

Pedagogia de Multiletramentos 8, 175, 176, 180, 181, 182

R

Retórica 24, 31, 33, 269

Romance épico 114

Romance histórico 114

S

Sociedade 13, 33, 53, 187, 211, 247, 248, 259

T

Textos instrucionais 66

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-530-3



9 788572 475303